

PROFESSORES E ESTUDANTES ATUANDO JUNTOS NO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO SOBRE DIREITOS HUMANOS E RACISMO

TEACHERS AND STUDENTS ACTING TOGETHER IN THE DEVELOPMENT OF A PROJECT ON HUMAN RIGHTS AND RACISM

Ana Maria Klein **1**
Mariana Dutra da Silva **2**
Priscilla Bernardes Aires Pedrosa **3**

Resumo: O presente artigo resulta de um projeto desenvolvido por uma equipe que envolveu uma pesquisadora, dois docentes da rede estadual de São Paulo, três estudantes da graduação em Pedagogia com bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, financiadas pelo CNPq docentes e estudantes do Ensino Médio de uma escola estadual do interior do estado de São Paulo. O projeto desenvolveu-se por meio de ações pedagógicas e levantamento de percepções realizadas junto a estudantes de Ensino Médio de uma escola estadual do interior do estado de São Paulo. O objetivo foi discutir com os estudantes os sentimentos de pessoas que vivenciam e /ou presenciam atitudes preconceituosas e racistas. O artigo relata o processo de desenvolvimento do projeto.

Palavras-chave: Direitos humanos. Professores. Racismo.

Abstract: This article is the result of a project developed by a team that involved a researcher, two teachers from the state of São Paulo, three undergraduate students in Pedagogy with scholarships of Scientific Initiation - PIBIC, financed by CNPq teachers and students of the Secondary School of a state school in the interior of the state of São Paulo. The project was developed through pedagogical actions and perceptions survey carried out with high school students of a state school in the interior of the state of São Paulo. The objective was to discuss with students the feelings of people who experience and / or witness biased and racist attitudes. The article reports on the project development process.

Keywords: Human rights. Teachers. Racism.

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo, **1**
graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestrado
e doutorado em Educação (área temática psicologia e educação) pela
Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Estadual Paulista,
UNESP câmpus São José do Rio Preto e do Programa Multidisciplinar
Interunidades de Pós-Graduação Strictu Sensu: Ensino e Processos Formativos
(UNESP São José do Rio Preto/Ilha Solteira e Jaboticabal). Coordenadora do
curso de Pedagogia. Presidente da Comissão de Direitos Humanos UNESP/
São José do Rio Preto. Coordenadora do GT do Núcleo Negro para Pesquisa e
Extensão NUPE/Rio Preto. Membro do Conselho Consultivo do Observatório de
Educação em Direitos Humanos da UNESP. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0004-190>. E-mail: anaklein@ibilce.unesp.br

Graduanda em Pedagogia UNESP/São José do Rio Preto. **2**
Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: maridutra@gmail.com

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Nove de **3**
Julho (2014). Atualmente cursando Licenciatura em Pedagogia (4º ano)
pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Tem
experiência na área de Educação; membro do Diretório Acadêmico; membro
do Centro Acadêmico de Pedagogia na Secretaria de Direitos Humanos. Atua
na linha de pesquisa em Direitos Humanos desenvolvendo trabalhos sobre a
concepção de professores em Direitos Humanos; membro do NUPE - Núcleo
Negro para Pesquisa e Extensão do IBILCE/UNESP realizando pesquisas
com estudantes secundaristas sobre a percepção de racismo e preconceito
racial. Cursando pós-graduação em Psicopedagogia Clínica pela Faculdade de
Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP / São José do Rio Preto - S. E-mail
priscilla.b@ibilce.unesp.br

Direitos Humanos e racismo

Os Direitos Humanos partem do reconhecimento de que todos os seres humanos, apesar das diferenças biológicas e culturais que os distinguem, merecem igual respeito, pois são os únicos no mundo capazes de amar, descobrir e criar a beleza. Por conta desta igualdade ninguém pode afirmar-se superior aos demais (COMPARATO, 2003, p.01). Trata-se da ideia de universalidade dos direitos humanos que em nossa sociedade é desafiada, constantemente, pelas discriminações em razão de classe, gênero, raça e etnia, entre outros.

Atuar na promoção de direitos e na conscientização sobre os mesmos nos leva à importância da educação e nas possibilidades do que pode ser feito. Por meio de ações educativas voltadas à Educação em Direitos Humanos temos a oportunidade de formar seres humanos sensíveis aos princípios e valores que reconhecem a centralidade do ser humano no mundo, a dignidade humana como fundamento da vida social, que reconheçam a igualdade nas diferenças e que repudiem a desigualdade. A educação é uma das principais vias para o despertar de um novo olhar, de uma cultura baseada em valores democráticos e humanizadores.

Adotar os Direitos Humanos como princípios para as práticas pedagógicas e regulação da vida na instituição escolar pressupõe o desenvolvimento de ações em três dimensões: conhecimentos, valores e práticas. Os conhecimentos relacionam-se aos direitos conquistados pela humanidade ao longo de séculos de lutas. Na dimensão ético-valorativa, temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) que traz como premissa fundante que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e devem relacionar-se fraternalmente uns com os outros. Aqui estão postos valores centrais: valor absoluto do ser humano, igualdade, liberdade e fraternidade. Compreender, respeitar e promover os Direitos Humanos pressupõe a criação de disposições internas em cada ser humano para que os valores mencionados sejam de fato valorados e constituam-se como guias para a vida social. Outros valores são igualmente importantes, tais como a democracia, a inclusão, a educação e a cultura, a justiça, o trabalho e o lazer, o meio ambiente saudável, a inclusão, a criticidade e problematização da realidade, dentre outros que fundamentam não apenas a DUDH, como também pactos e tratados firmados nas últimas décadas. Por fim, a dimensão prática articula-se com a concepção de uma educação integral e emancipadora que transcende o aprendizado sobre os direitos humanos e inclui também a implementação dos direitos na prática, na vida dos sujeitos e grupos. Os seres humanos têm a capacidade de conhecer a realidade, de refletir sobre ela e sobre as ações, ou seja, trata-se da conscientização que pressupõe não apenas o conhecimento sobre a realidade, mas também a sua capacidade de transformar esta realidade.

O projeto descrito neste artigo parte do pressuposto que a transformação da realidade passa pela percepção desta realidade. O racismo nem sempre é reconhecido pelas pessoas e esta é uma discussão que deve ser feita pelas escolas.

O Brasil recebeu, em dezembro de 2013, o *Grupo de Relatores Especiais em População Afrodescendente* da ONU e desta visita foi elaborado um Relatório contendo uma ampla análise sobre o racismo e a discriminação em nosso país nos mais diversos setores de nossa sociedade (educação, emprego, sistema de justiça e segurança pública, cultura, participação política, entre outros). Este Relatório concluiu que no Brasil, a despeito de alguns avanços na promoção da igualdade entre brancos e negros, a discriminação e o racismo ainda permeia todas as áreas da vida da população por isso é estrutural em nossa sociedade (2014, p. 20).

A desejada igualdade não se dá naturalmente, Rabenhorst (2007, p. 209) sustenta que se esta igualdade fosse de fato reconhecida não seriam necessárias leis que a assegurasse. O reconhecimento da igualdade tem uma dimensão ética e moral, por isso, assegurar direitos no plano jurídico não significa que as pessoas saibam ou queiram orientar espontaneamente suas vidas pelos princípios que guiam os Direitos Humanos.

O racismo alicerça-se na crença de que comportamentos individuais ou grupais possam ser definidos a partir de uma característica física externa. Por exemplo, entender que a cor da pele negra revela habilidade para música e futebol e também propensão ao crime ou à preguiça (LIMA; VALA, 2004, p. 402).

Entendemos que uma das vias para o trabalho de desconstrução do racismo é a percepção da humanidade e dos sentimentos do outro, ou seja, a dimensão da alteridade. O processo de

reconhecimento, presente em relações interpessoais ou grupais, pode gerar mudanças na maneira de conceber e relacionar-se com as diferenças humanas. Zanella (2005) apresenta as ideias de Rolnik (1992) que entende a alteridade como encontros de seres no quais ambos se afetam mutuamente, produzindo transformações. Frayze-Pereira (1994) define a relação com o outro partir de duas modalidades: a primeira envolvendo conflito e luta moral quando o reconhecimento do outro leva a escravizá-lo; e a segunda por meio da simpatia e do encontro, quando transcendemos os limites daquilo que nos é familiar e simpatizamos com sentimentos que não fazem parte de nossas vivências.

Ainda que a afetividade e sentimentos façam parte da constituição de todos os seres humanos, este não é um tema ou um conteúdo abordado nas escolas. Não aprendemos a distinguir, nomear, lidar ou reconhecer os nossos próprios sentimentos, tampouco os dos outros. No entanto, empatia e simpatia são imprescindíveis para o reconhecimento da humanidade do outro.

Moreno et al (1999) defende que a educação escolar transcenda os conteúdos tradicionais e incorpore os sentimentos e a afetividade como parte do currículo. As autoras defendem que seres humanos são multidimensionais e a afetividade é parte imprescindível do nosso funcionamento psíquico e relacionamentos, influenciando inclusive a aprendizagem.

Em plena Década das Nações Unidas voltada aos afrodescendentes, pretende-se compreender como estudantes do Ensino Fundamental II percebem situações que envolvem preconceito e discriminação racial e quais os possíveis sentimentos que emergem ao se depararem com imagens que ilustram tais situações.

O presente projeto vincula-se às ações desenvolvidas pelo GT/São Jose do Rio Preto do NUPE (Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão da UNESP). O referido GT pretende conhecer a realidade das escolas do município de São Jose do Rio Preto no que tange às questões de racismo. Com isso, as atividades de extensão desenvolvidas pelo Grupo ganharão maior consistência e pertinência em relação à realidade observada nas escolas.

Definição de racismo

Podemos entender o racismo como um processo de hierarquização, excludente e discriminatório contra um indivíduo ou até mesmo contra uma categoria social, sendo julgada como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginária) a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que supostamente define padrões de comportamento, negando aos membros de grupos racialmente definidos o acesso igualitário a recursos que são de todos.

Pode ser compreendido também como a ação ou a omissão que objetiva causar dor, sofrimento ou desvantagem para um grupo, ou pessoa, em decorrência de sua raça, cor ou descendência.

A princípio, o racismo acontecia de forma discriminada tendo como justificativa as características físicas ou fenotípicas herdadas pelos indivíduos, assim os negros passaram a ser discriminados pela cor da pele, mas com o passar do tempo passaram a sofrer também por suas emoções, ideologias e crenças, agregando valores negativos aos negros como, por exemplo, inferioridade, incompetência e promiscuidade.

O racismo ainda esta distante de ser extinto, mesmo que não seja de forma explicita, ele ainda existe, passou a assumir uma variante mais branda graças a inibição pelas leis. Dessa maneira podemos identificar duas categorias do racismo: a tradicional e a moderna. Na primeira podemos enquadrar as manifestações abertas e flagrantes de preconceito, e na segunda o preconceito sutil através de manifestações frias e indiretas.

A maioria dos estudos sobre racismo foram realizados em países da Europa e dos Estados Unidos, em que a divisão entre raças é bastante marcante, diferente do Brasil devido a miscigenação e as particularidades histórico-culturais, esse contexto favorece um formato diferente de racismo, o cordial. Esse preconceito racial tem como marca a polidez que envolve as atitudes preconceituosa manifestadas nas relações interpessoais, na forma de piadas, ditos populares e brincadeiras de natureza chula e constringedora.

Racismo e sentimentos

Historicamente criou-se a cultura sobre a segmentação do ser humano em dois polos distintos tais como, aquele que pensa e aquele que sente, grandes filósofos como Aristóteles contribuíram na construção dessa cultura dicotômica entre os sentimentos humanos e os pensamentos racionalizados. O filósofo afirmava que, como relata Sastre e Moreno (2002), encontramos os sentimentos residindo no coração e as ideias, as quais, sempre buscam esfriar os sentimentos, que por sua vez, podem turvar as atitudes humanas. Em virtude disso, entendemos, socialmente, que a *razão* está associada à verdade, à aquilo que é seguro e correto, aquilo que é recorrente e passível previsão; em contrapartida, estão os *sentimentos* que são voláteis e imprevisíveis, que provocam desconforto no ser humano, uma vez que ele não consegue ter total domínio sobre suas ações. Devido a isso, assuntos transversais como sentimentos devem estar em pauta no universo da educação, pois contribuem para a formação da humanidade do ser humano, através da escola. Vale ressaltar que, atualmente, segundo Moreno (et. al, 1999), as escolas, a partir da democratização do ensino e da busca por uma educação emancipatória, formulam seus currículos a partir de posicionamentos que defendam uma educação igualitária. Moreno (et. al, 1999) ressalta que trabalhar os sentimentos como parte do currículo e assuntos relevantes a criatura humana são de suma importância para a formação de seres humanos integrais, isto é, capazes de lidarem consigo e com os outros, no que diz respeito a questões humanas, como, por exemplo, os sentimento, e, também questões científicas.

“[...] A função dessa escola é preparar uma sociedade desenvolvida; porém os elementos necessários para essa inserção não estão todos contidos nas matérias tradicionais. Estas, inclusive, não devem constituir finalidades em si mesmas – seus objetivos não é formar especialistas em Matemática, História, etc. - , mas proporcionar saberes necessários para os alunado por utilizá-los em situações em que sejam solicitados.” (MORENO, et. al, 1999, p. 45)

Assim, para uma educação igualitária discussões a cerca desses assuntos transversais devem fazer parte do currículo para que possamos formar educandos que compreendem a si, uma vez que a influência dos sentimentos em decisões a serem tomadas é imensa, uma vez que eles dão a ultima palavra sobre o sistema neurológico. Nesse sentido, a segmentação entre os sentimentos e os pensamentos é, a partir de Sastre e Moreno (2002), obsoleta, pois existem inúmeras pesquisas neurológicas que comprovam a presença dos sentimentos influenciando o pensamento e as atitudes, são processos parecidos, pois os dois são inconscientes.

“Quando somos tratados injustamente, a tristeza ocupa o espaço mental necessário para analisar o conflito e impede-nos de compreender, em toda sua amplitude, a situação na qual nos encontramos. Nestes momentos, conformamos-nos com ideias muito simples dos motivos, pensamentos e sentimentos que levaram a pessoa agressora a agir como agiu. Esta forma de nos comportar-mos impede que atuemos em legítima defesa de nossos direitos e leva-nos a estados momentâneos de paralisia. A vítima não se defende, questiona-se a si mesma.” (SASTRE e MORENO, 2002, p. 207)

Além não contribuir com o desenvolvimento do auto-conhecimento, a falta de discussão sobre os sentimentos dentro da escola reproduz posicionamentos pejorativos sobre os negros. Lima (2003) relata sobre os sentimentos que são atribuídos aos negros. Para ele, existem dois tipos de sentimentos, os primários e os secundários; os primários são sentimentos que têm origem às necessidades primeiras, que podem ou não ser associados às ações tipicamente humanas, como: ódio, prazer, etc. Já os sentimentos secundários são aqueles que se associam aos seres humanos, como, por exemplo, o amor, a solidariedade, a inteligência, etc. A partir disso, Lima (2003), em sua

pesquisa, apontou que ao público negro, é relacionado, com maior recorrência, aos sentimentos primários, principalmente à mulher negra, pois, historicamente, a sensualidade é uma de suas “características”, assim, é também “ligada” a promiscuidade. Nesse sentido, observamos que o pouco diálogo estabelecido sobre os sentimentos dentro da escola mediante um ato de injustiça, como o racismo contribuem com os pensamentos já postos, além de fazer um desserviço a luta contra o racismo e a construção identitária negra.

A construção identitária dos negros se faz importante, pois, devido ao tipo de racismo que temos no nosso país, conhecido como cordial, simbólico e institucional, observamos que, com o passar dos anos, os próprios negros têm buscado ser ou, pelo menos, aparecer mais brancos, com isso, as mulheres alisam seus cachos, buscam um biotipo mais “delicado”, afim de ser associada aos sentimentos secundários, os quais, como já mencionado, são caracterizados por serem pertencentes aos humanos. Através disso, desenvolver esse sentimento de pertença nesse grupo e quebrar com os sentimentos historicamente apropriados pelos negros de vergonha de si, de medo, insegurança ou, até mesmo, paralisia diante uma situação de injustiça, vai colaborar com o combate ao racismo instaurado no país, racismo que muitas vezes os próprios negros têm sobre si e suas características que são culturais e biológicas.

A falta de identidade negra desenvolve, segundo Júlio (2010), a não consciência racial, a qual não faz adesão à política racial, o que contribui para a manutenção do que já está posto, o racismo silencioso, ou seja:

“[...] quanto menos negros ou negras fizerem parte de um corpo de trabalho, menos o grupo terá de elaborar questões do tipo inclusão racial. E veta-se a entrada dos negros e das negras, mesmo que eles tenham alguma capacidade para tal trabalho.” (JÚLIO, 2010, p. 84)

A educação igualitária promove discussões a cerca desses assuntos transversais, os quais são extremamente frutíferos para a humanidade, uma vez que iremos desenvolver pessoas que entendem ser formados de maneira omnilateral, isto é, de maneira integral e não dicotômica; compreendem que suas atitudes e, até mesmo sentimentos são gerados a partir de um misto de pensamentos e sensações espontâneas, muitas vezes.

Silveira (2015) analisa a questão dos sentimentos morais tendo por parâmetro a obra de David Hume, filósofo escocês nascido no século XVII e afirma que a razão nos da condições para distinguir o certo do errado, mas não é motivação para a ação, assim, as deliberações e justificativas para as ações humanas não são puramente racionais, o afeto é um elemento essencial para se pensar as relações morais, ou seja, as relações que estabelecemos com o outro. O autor destaca na obra de Hume o sentimento de simpatia, considerado como uma qualidade natural de todo ser humano que leva o ser humano para além de si, preocupando-se com o bem estar de outras pessoas. A simpatia leva as pessoas a sentirem dor ou alegria por algo que aconteceu com o outro por quem nutrem simpatia, neste sentido, podemos pensar em um sentimento social.

Mediante a simpatia/empatia pelo outro os interesses particulares podem ser transcendidos, dando lugar a interesses coletivos que visam o bem estar de todos. Neste sentido, trabalhar a dimensão na afetividade na escola, favorecendo que sentimentos de simpatia/empatia sejam despertados, pode contribuir para que a discriminação e o preconceito sejam superados mediante a simpatia e respeito pelas diversidades que caracterizam os seres humanos.

O projeto na escola

O projeto teve como objetivo principal discutir o racismo com estudantes do Ensino Médio e foi desenvolvido pelo professor da disciplina de sociologia, pelo Coordenador Pedagógico da escola, pela pesquisadora e mais três estudantes de graduação bolsistas em um programa de Iniciação Científica. Participaram 90 estudantes do Ensino Médio da rede pública do Estado de São Paulo, com idades entre 14 e 18 anos, sendo que 50% são do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Em relação à raça/etnia autodeclarada, os estudantes se auto classificam da seguinte maneira: 21%

negros; 27% pardos; 1% indígenas; 51% brancos.

O conteúdo que aborda o racismo é parte integrante do Currículo Oficial do Estado de São Paulo. É previsto o desenvolvimento do tema em vários componentes curriculares de forma direta e indireta (Sociologia, Filosofia, História, Geografia, entre outros) de acordo com o documento oficial.

Participaram da organização e desenvolvimento de algumas tarefas, cinco estudantes do ensino médio que receberam bolsa de Iniciação Científica pelo projeto. Estes bolsistas, PIBIC – Júnior, foram selecionados através de um processo seletivo dentro da unidade escolar. Antes do processo seletivo foram expostos para todos os alunos as condições para ser um bolsista, como não ser beneficiado com outra bolsa de estudo, ter a idade mínima e máxima para o projeto, se comprometer com o desenvolvimento do projeto, se comprometer com os estudos regulares, ser assíduo às aulas regulares da escola, se comprometer a participar no final do projeto do Congresso de Iniciação Científica na Unesp. No processo seletivo os alunos deveriam desenvolver uma redação nos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (texto dissertativo - argumentativo) sobre o tema **“Caminhos para combater o racismo no Brasil”**. As redações foram lidas e analisadas, primeiro, por uma equipe de professores de língua portuguesa. Depois, por uma banca de três docentes da escola. Não foram considerados erros de língua portuguesa para a seleção dos alunos. Foram selecionadas 05 (cinco) redações dos alunos candidatos à bolsa de estudo PIBIC – Júnior de acordo com a coerência e capacidade argumentativa mediante o tema.

Dentre os cinco alunos bolsistas, três alunas acabaram por integrar a chapa eleita do Grêmio Estudantil o que propiciou no desenvolvimento do projeto. Sendo uma das alunas bolsistas a presidente do colegiado. Vale ressaltar que o grêmio adotou um discurso de combate ao racismo e discriminação como uma das ações dentro da unidade escolar. São exemplos: o tema da Feira Científica e Cultural foi **“Direitos Humanos”** onde o colegiado de alunos participou efetivamente de vários projetos e da organização do evento; campanhas periódicas como eventos durante a semana da Consciência Negra; Setembro Amarelo e combate ao *bullying*; Campanhas de incentivo a doação de sangue e medula óssea, dentre outros.

O projeto contou com as seguintes ações: discussão de um caso de preconceito noticiado na imprensa envolvendo um homem negro na fila do supermercado e uma senhora branca que o ofendeu por ele ter encostado o carrinho na sua perna e assembleias escolares para discussão de casos de preconceito e racismo.

As atividades escolares foram realizadas pelo professor da disciplina de Sociologia, durante as suas aulas regulares com todas as turmas da escola. O professor abordou o tema contextualizando com situações acontecidas dentro da própria escola, como comentários de preconceito racial, religioso e político embutidos em brincadeiras que os alunos consideravam **“normal”** entre eles.

A discussão com os alunos, para mediação dos casos de racismo e injúrias, aconteceu em forma de assembleias com os alunos. Essas assembleias fazem parte do projeto de mediação escolar, onde o professor de sociologia junto com o professor coordenador fez o papel de mediador e foram colocados em pauta os casos de racismo e preconceito relatados por alunos. Todos os casos relatados foram colocados de forma a preservar a identidade dos alunos que foram vítimas dos ataques. Na assembleia os próprios alunos chegaram as seguintes conclusões: todas as pessoas são iguais independentemente da raça, crença e posição política; todos os alunos devem banir os comentários que por ventura venham a ser mal interpretados; o que é brincadeira para um pode não ser para o outro colega; respeito é primordial nas relações interpessoais; a equipe gestora ira mediar os casos de conflitos envolvendo os alunos; retratação dos alunos agressores com os agredidos.

Dentro dos relatos dos alunos nas assembleias em todas as turmas tivemos relatos de alunos que já presenciaram ou já sofreram ataques racistas, de crença ou até mesmo por ideologia política.

A etapa relativa à discussão da notícia de jornal relatava uma situação na qual Luiz Henrique, um cidadão negro que estava usando uma camiseta de um time de futebol, Corinthians, encostou seu carrinho de supermercado nas pernas de uma senhora branca. Esta, por sua vez, reagiu de maneira agressiva e preconceituosa dizendo que **“além de ser preto é corintiano”**. A cena descrita foi presenciada por uma outra pessoa, Karina, que relatou ter ficado perplexa coma reação da senhora e acrescentou que Luis não tinha feito coisa alguma e, ainda por cima, desculpou-se.

A partir da leitura da reportagem, os adolescentes foram convidados a refletir sobre racismo

e preconceito.

No histórico da escola são raros os casos de ocorrência envolvendo racismo, mas não podemos negar que eles existem e que muitas vezes eles são ocultados pelos próprios alunos agressores e, infelizmente, também pelos alunos vítimas dos ataques e brincadeiras racistas. Com a implantação do Projeto de Mediação, em 2015, os conflitos escolares passaram a ser discutidos e a técnica da mediação utilizada como forma de resolução dos problemas.

O currículo de sociologia, bem como de várias outras disciplinas, é adequado à discussão dos Direitos Humanos e de temas a eles concernentes. Diversos conteúdos e temas são abordados ao longo do ensino médio e o projeto demonstrou que a problematização do racismo e dos preconceitos são temas transversais factíveis de serem problematizados à luz dos Direitos Humanos. Por exemplo, no primeiro ano do Ensino Médio deve-se trabalhar com conceitos sociológicos básicos e introdutórios a teorias acerca do convívio social e formação da identidade sociocultural, passando então pela não aceitação do outro, abordando temas e definições como Preconceito, Discriminação e Segregação. Tais conceitos integram o currículo e podem abrir espaço para estudar diferentes culturas do mundo e debater as diversidades, inclusive a religiosa. No segundo ano, abordam a diversidade cultural brasileira e a violência da nossa sociedade. No terceiro ano, faz parte do currículo, a formação dos direitos fundamentais de qualquer governo e/ou sociedade humana (Direitos Civis, Políticos e Sociais), bem como os próprios Direitos Humanos, a miséria e a pobreza presentes no Brasil.

Além das aproximações da temática do projeto com os conteúdos do currículo escolar, a escola relacionou o tema do racismo e do preconceito com um evento anual realizado pela instituição, Feira Científica e Cultural, normalmente orientada de maneira temática para propiciar o diálogo entre as disciplinas e temas transversais. O tema de 2018 foi “Direitos Humanos”, e dentre as várias salas e projetos executados (alguns multidisciplinares) o de sociologia foi voltado para a questão da Intolerância Religiosa, aproveitando os episódios ocorridos anteriormente na escola envolvendo alunos e a própria conjuntura brasileira, uma vez que cotidianamente nos deparamos com notícias de templos de matriz africana e/ou indígena sendo vítimas de depredações, vandalismos, invasões, profanações e afins. O projeto, a cargo de supervisão e coordenação do professor de sociologia foi integrado por alunos dos do ensino médio, tanto do período da manhã quanto da tarde, e dividido em dois segmentos: pesquisa teórica e estatística e composição de um RAP (ao estilo Cypher) debatendo a temática.

A pesquisa fundamentada principalmente em dados estatísticos atualizados, serviu de base para a ambientação da sala com cartazes e frases de efeito, provocando um choque de realidade aos espectadores que se depararam com números alarmantes e reais. O RAP, composto por 4 alunos com melodia autoral acompanhado de violão e atabaque, abordou questões latentes da sociedade brasileira, tocando nos aspectos morais religiosos e conceitos de racismos, discriminação e preconceito, bem como fazendo referência a ataques de cunho religioso recentes também; provocando assim uma reflexão mais aprofundada dos espectadores. Destaque para o fato de todas as apresentações da música composta terem sido ao vivo e no mesmo ambiente temático da sala.

Paralelo à pesquisa e som, os alunos elaboraram um vídeo, em parceria com um ex-aluno da escola que ajudou na captação de imagens e edição. Essas imagens sequenciadas ficavam se repetindo numa tela projetada, abordando os ataques religiosos e crimes de ódio sofridos no Brasil, e também mostrando espaços religiosos da cidade. Tudo para ambientar e criar um clima de imersão aos visitantes da sala.

Todos os integrantes estavam uniformizados com camisetas brancas e tiveram liberdade para ostentar quaisquer símbolos religiosos que estivessem de acordo com suas crenças, sendo que a maioria dos alunos em questão era do segmento afro-brasileiro, tanto candomblé quanto umbanda, mas houve também católicos, protestantes, agnósticos e ateus integrando o projeto, o que diversificou mais ainda.

Considerações

O projeto relatado envolveu docentes e discentes da universidade e da educação básica. O planejamento e as ações foram discutidos e acordados pelos envolvidos. Este tipo de trabalho alicerça-se em propostas de metodologias ativas de aprendizagem, segundo as quais, os estudantes

devem ter uma participação ativa nos projetos, envolvendo-se em todas as etapas.

Em relação ao trabalho conjunto de docente e discentes na universidade, o projeto proporcionou a relação entre pesquisa, ensino e extensão. As estudantes graduandas atuaram diretamente na escola em parceria com os docentes da instituição e com os alunos do ensino médio.

Em relação aos docentes e alunos da educação básica envolvidos no projeto, participamos de um processo que mobilizou a escola toda, desde a proposta de uma redação para selecionar estudantes bolsistas do PIBIC Ensino Médio até a discussão sobre racismo na sociedade.

O trabalho conjunto entre os estudantes e docentes, tem o mérito de envolver os participantes que se percebem como parte integrante das ações. Esse tipo de participação pode resultar em aprendizagens significativas, ou seja, os estudantes têm maior probabilidade em relacionar os conceitos e conteúdos curriculares com situações cotidianas. Além da aprendizagem de conteúdos específicos das disciplinas escolares, os estudantes lidaram com questões importantes da nossa sociedade fundamentadas nos Direitos Humanos, como o racismo.

Referências

COMPARATO, F.K. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FRAYZE-PEREIRA, João A.. A questão da alteridade. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 11-17, 1994. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100002&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 11 abr. 2017.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

MAUÉS, A & WEYL, P. Fundamentos e marcos jurídicos da educação em Direitos Humanos. In SILVEIRA, M.G. et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

MORENO, Montserrat et al. **Falemos de sentimentos: a afetividade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna, 1999.

RABENHORST, E.R. O valor do Homem e o valor da natureza. In SILVEIRA, M.G. et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da Silva; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ed. rev. atual.– Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVEIRA, Matheus de Mesquita. Aspectos naturais e sociais dos sentimentos morais na filosofia de Hume. **Controvérsia**, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 190-199, set.-dez. 2015.

ZANELLA, Andréa Vieira. **Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural**. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 99-104, 2005.

Recebido em 2 de maio de 2019.

Aceito em 24 de junho de 2019.